

O fim da inocência

» ANDRÉ GUSTAVO
STUMPF
Jornalista



Aespetacular ascensão de Donald Trump à condição de dono do mundo modifica o entendimento de muitos observadores e coloca alguns especialistas na embaraçosa condição de aprendizes diante de tanta novidade. O presidente dos Estados Unidos não hesita em utilizar a força para sequestrar um presidente da República, anunciar a incorporação da Groenlândia, como Hitler fez com a Áustria nos anos 1930, além de ameaçar bombardear aliados que não façam comércio com seu país. Prática curiosa, semelhante a que os portugueses utilizaram contra cidades da Índia no séc. XIX das grandes navegações.

Mas há uma vantagem nesse novo cenário. Trump tirou a fantasia. Ele não defende o livre comércio, que foi um ponto central e básico na argumentação norte-americana de como os países deveriam organizar seu mercado interno. Os chineses são mais ágeis, produzem mais e com menor preço. Se houver concorrência livre e aberta, os americanos perdem. Então, o melhor é recorrer ao poder dos formidáveis porta-aviões. Cada um com mais de 50 aviões de última geração, helicópteros maravilhosos e tripulação de 5 mil marinheiros. Essa brincadeira custa mais de US\$ 1 bilhão por mês. O governo dos Estados Unidos mantém 11 porta-aviões, com suas respectivas defesas navais, em operação no mundo, ao mesmo tempo. É muito dinheiro para manter abertas as trilhas do comércio internacional.

Maurenilson Freire/CB/D.A. Press



O mundo está de joelhos diante da formidável demonstração de força, agilidade, capacidade de articulação em território inimigo ocorrida na Venezuela. Os aviões norte-americanos desligaram os radares do inimigo, apagaram a luz de Caracas, neutralizaram os sinais de geolocalização e mataram, com incrível rapidez, os cubanos que defendiam Nicolás Maduro. Material de última geração chinês e russo foi silenciado. Tudo ocorreu em questão de minutos. Vale a comparação: a poderosa Rússia está há longos e tortuosos quatro anos tentando dominar a pequena Ucrânia. Perdeu uma quantidade enorme de soldados, aviões, carros de combate, navios e até submarinos. No entanto, Volodymyr Zelensky continua no poder negociando a improvável paz. Putin não conseguiu demonstrar qualquer tipo de eficiência na sua guerra. Ele é um perdedor perante a história.

A conclusão é simples. Acabou a era da inocência. O mundo retornou ao mercantilismo brutal e objetivo. O negócio é grana, ganhar dinheiro, fazer caixa em dólares. Todo o resto é fantasia. No caso brasileiro, talvez os observadores acordem da letargia histórica e abram os olhos para a realidade. Os americanos estão na Venezuela. Dentro em breve, estarão na Colômbia. Muito perto da tão discutida Margem Equatorial. E de frente para a Amazônia, região que tem tudo o que eles mais desejam: terras raras, minérios em profusão, ouro em grandes quantidades, diamantes e, também, petróleo em generosos e extensos lençóis. É o paraíso capitalista na terra.

O longo debate sobre a utilização da Amazônia, a preservação da floresta, a manutenção da grande faixa verde, tudo isso perde importância diante da possibilidade de traduzir o vasto cenário em dólares. Os

norte-americanos têm larga experiência em exterminar povos originários, devastar o meio ambiente em busca do minério precioso. Nada os detém. Eles chegaram às margens da Amazônia. O Brasil não possui poder militar. O país depende da negociação possível dos diplomatas, o chamado soft power. Ocorre que a conversa agora perde espaço para bombardos seletivos e manobras militares específicas. O sonho acabou. O Brasil desembarcou na realidade. A América Latina, que era a terra de grandes prosadores, poetas geniais, e de traficantes abusados, agora está no centro da disputa do capitalismo internacional.

A eleição presidencial que deverá ocorrer neste ano vai se processar dentro desse novo cenário. Um superpoder emergiu no Norte. Silenciou tudo o que havia ao seu redor. Ele determina o futuro no Irã, em Israel, na Ucrânia, na Groenlândia e em toda política internacional com virulência, objetividade e despreparo de um adolescente frente ao mundo. As relações de Washington com Brasília são, no mínimo, tensas. Um não gosta do outro. Americanos, que há muito namoram com a ideia de manter uma base militar no Brasil, gostariam de ter aqui um governo mais favorável a seus objetivos. Não é impossível que eles movimentem meios e modos para influenciar no resultado da eleição. Não é preciso consultar os astros para prever possível interferência estrangeira no pleito nacional.

Não é o fim do mundo. E também não é novidade. Os americanos já andaram por aqui em outros tempos. Agora, sem a fantasia e sem a alegada defesa dos princípios democráticos, a interferência poderá ser mais explícita. O jogo é objetivo e claro. É preciso ter olhos abertos. Olhos de ver. E descer das ideologias para o território da realidade.

2026: democracia, poder e a urgência de uma virada histórica

» CAROL DARTORA
Deputada federal (PT-PR)



O ano de 2026 não será apenas mais um ano eleitoral. Ele marca uma encruzilhada histórica para a democracia brasileira. Depois de um período de aprofundamento das desigualdades, de ataques aos direitos sociais e de intensificação da violência política — especialmente contra mulheres e pessoas negras —, o país será chamado a decidir quem governa, para quem governa e com quais valores.

É nesse contexto que afirmo: (re)eleger uma mulher negra não é símbolo, não é favor, não é concessão. É uma decisão política profunda sobre quem tem o direito de existir plenamente, decidir e governar no Brasil.

Vivemos sob uma lógica que tenta nos convencer de que não há alternativas. Como alerta o teórico Mark Fisher, o neoliberalismo atua também no campo da imaginação política, produzindo a sensação de que o sofrimento social é inevitável. Slavoj Žek complementa ao afirmar que o cinismo ideológico transforma a desigualdade em normalidade e o autoritarismo em método.

Esse manifesto nasce para romper com essa lógica e afirmar que o futuro não está cancelado: ele está em disputa. Essa disputa passa pela presença negra na política institucional.

Chamamos de virada histórica o momento em que sujeitos historicamente excluídos deixam de ser exceção tolerada e passam a se movimentar e alterar as estruturas do poder.

Não basta ocupar espaços; é preciso transformá-los. Não basta estar; é preciso mudar regras, prioridades e sentidos.

Nesse contexto, o racismo e sexism não são desvios do sistema político brasileiro, são pilares estruturantes. Pierre Bourdieu já nos alertava para a força da violência simbólica, que faz parecer natural aquilo que é profundamente desigual.

No Brasil, esse mecanismo se combina com o que Cida Bento define como pacto da branquitude: um acordo silencioso de autoproteção dos privilégios raciais, que reage sempre que esses privilégios são questionados.

As políticas de ação afirmativa mudaram a escala da história brasileira, ampliando o acesso da população negra à universidade, à produção intelectual e aos espaços de decisão. Mas esse avanço também gerou reação. Como nos lembram autoras como Grada Kilomba e Bell Hooks, quanto mais rompemos o silêncio imposto pelo racismo, mais o sistema tenta nos empurrar de volta à margem. A violência política de gênero e raça não é individual: é um ataque direto à democracia.

Sou a primeira deputada federal negra do Paraná. Minha trajetória é marcada pela educação pública, pelo movimento social e pela experiência concreta da precarização do trabalho docente. Essa história orienta meu mandato. No Congresso Nacional, tenho atuado no enfrentamento ao racismo político, na defesa da educação pública antirracista, na valorização da cultura periférica e na proteção de direitos.

Fui relatora do projeto que garantiu a reserva de 30% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras, indígenas e quilombolas. Destinei recursos inéditos para a cultura e para a juventude negra, como investimentos no hip-hop enquanto política pública. Apresentei projetos para combater a violência política de gênero e raça e atuei para ampliar o acesso a direitos e proteção institucional.

Colocar mulheres negras no centro da política pública não exclui ninguém. Ao contrário, reorganiza prioridades e amplia direitos. Como afirma Nilma Lino Gomes, o movimento negro é também um movimento educador, capaz de produzir conhecimento e novos projetos de sociedade.

As eleições de 2026 nos colocam diante de uma escolha muito séria, mas ao mesmo tempo fácil: aceitar a naturalização das desigualdades ou aprofundar a democracia.

Por isso, convocamos instituições democráticas, movimentos sociais, sindicatos, universidades, coletivos culturais, organizações populares, lideranças religiosas comprometidas com a justiça social, personalidades públicas e cidadãs e cidadãos a assinarem esse manifesto.

Assinar esse manifesto é afirmar a democracia viva. É escolher o bem-viver como projeto de futuro. É tomar posição na virada histórica em curso. A democracia só se fortalece quando mais gente participa dela, e quando quem sempre foi excluído passa a escrever e assumir a própria história.

Quando a escola tem alma: o sentido profundo da continuidade na educação

» MICHELLE MANZUR
Diretora executiva do Leonardo da Vinci



Falar sobre a gestão de uma escola familiar é, para mim, mergulhar numa tráscia que transcende a lógica dos negócios. É tocar em territórios afetivos, simbólicos e, ao mesmo tempo, profundamente estratégicos. Cresci dentro de uma escola que não nasceu apenas de um projeto pedagógico, mas de um propósito de vida. Meu pai não fundou um colégio — ele iniciou um movimento silencioso de transformação, com raízes fincadas na educação e nos sonhos de centenas de famílias.

Hoje, à frente da gestão, me vejo conduzindo algo que é ao mesmo tempo patrimônio afetivo, legado institucional e organismo vivo. E é justamente por ser vivo que exige estrutura, escuta, atualização e responsabilidade. Há um mito recorrente sobre empresas familiares: o de que são espaços improvisados, dominados pelo afeto, mas carentes de profissionalismo. O que aprendi é que esse risco existe — mas ele não é uma sentença. Pelo contrário, pode ser o ponto de partida para um modelo de gestão que une o que há de mais humano ao que há de mais técnico.

Na nossa trajetória, o compromisso com a profissionalização da gestão foi inegociável.

Estruturamos comitês, implantamos governança, definimos critérios de sucessão, criamos fóruns para decisões colegiadas. E, ao fazer isso, entendemos algo essencial: a família não é o fim em si, mas sim guardião de um propósito que precisa ser compartilhado e perpetuado. Não se trata de manter o sobrenome na liderança, mas de garantir que a alma da escola — aquilo que não cabe em estatísticas — continue vibrando no cotidiano.

Isso se revela nas pequenas experiências: no acolhimento na porta, na escuta de uma coordenadora, no compromisso ético dos professores. Quando o propósito está claro e é vivido com coerência, ele se manifesta em todos os níveis da escola, como uma cultura viva e pulsante. Gosto muito da provocação de Simon Sinek: “As pessoas não compram o que você faz, elas compram o porquê você faz”. E esse “porquê” é o que estrutura nossas decisões, mesmo aqueles mais complexas.

Mas alma sem estrutura também adoece. E tradição sem inovação é um risco que nenhuma escola pode correr. O mundo mudou — e com ele, as formas de aprender, ensinar e se relacionar com o conhecimento. Por isso, criamos um comitê de inovação que atua como radar e laboratório. O que nos move não é o fetiche pela tecnologia, mas a busca genuína por formas mais potentes e significativas de aprendizagem. Inovar, para nós, é alinhar excelência acadêmica à experiência do aluno como sujeito ativo, crítico e sensível.

A escola, quando bem gerida, não é apenas um espaço de transmissão de conteúdo, mas um ecossistema formador de consciências. E

isso nos impõe a responsabilidade de manter um olhar sistêmico sobre o todo: as relações entre gestão e pedagogia, entre família e instituição, entre passado e futuro. Ao longo dos anos, aprendi que a continuidade não é apenas manter-se existindo — é manter-se coerente e conectado ao que realmente importa.

Nesse sentido, liderar uma escola familiar é equilibrar tensões o tempo todo. É saber ceder espaço, compartilhar decisões, abrir-se à escuta dos diferentes atores — mesmo quando isso desafia convicções antigas. É perceber que o legado não está apenas na memória do fundador, mas na capacidade da instituição de se reinventar sem perder a essência.

Tenho convicção de que a presença ativa da família fundadora, quando exercida com ética e preparo, fortalece os vínculos da escola com sua comunidade. Em tempos de transitoriedade, escassez de vínculos e pressa por resultados imediatos, uma escola que cultiva sentido, continuidade e presença se torna ainda mais necessária. E é por isso que sigo nesse caminho, com os pés no presente, os olhos no futuro e o coração fiel ao que nos trouxe até aqui.

Por fim, ao longo desses mais de 50 anos de história, aprendi que a continuidade é tão importante quanto a inovação. E que cuidar da alma da escola é garantir que cada passo dado, por mais ousado que seja, esteja conectado com aquilo que nos trouxe até aqui. Esse equilíbrio — entre passado e futuro, entre coração e estratégia — é o que faz a gestão valer a pena. E é isso que me move, todos os dias, com a certeza de que estamos construindo algo que vai muito além de nós.